

ICNF admite novas épocas extraordinárias de caça para controlo do número de javalis

9 de Janeiro, 2020

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) está disponível para criar novas épocas extraordinárias de caça, este ano, para a correção da densidade de javalis, pode ler-se no site da Agência Lusa.

Segundo o presidente da ICNF, Nuno Banza, “pomos claramente em cima da mesa haver novas épocas extraordinárias [de caça] para a correção da densidade” da população de javalis. As declarações do responsável foram feitas aos jornalistas depois de uma reunião com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) sobre prejuízos que estes e outros animais selvagens têm provocado nas culturas da região Centro.

Os dois editais de período extraordinário de caça lançados em 2019 foram “positivos”, contabilizando-se cerca de 850 javalis abatidos, sendo que os números de abate “têm vindo a crescer”, refere Nuno Banza.

Questionado pela agência Lusa sobre a evolução da densidade das populações de javali em território nacional, o responsável do ICNF referiu que a entidade está no terreno a fazer uma avaliação, mas que não vai ficar “à espera dos resultados para trabalhar”, até porque há outros indicadores, tal como o incremento de queixas, avistamentos e ocorrências com javalis, que indiciam “um aumento da densidade”.

De acordo com Nuno Banza, o ICNF assumiu vários compromissos com a CNA, nomeadamente passar a ser a próprio organismo a fazer a avaliação dos prejuízos causados por espécies cinegéticas, ao contrário do que hoje acontece em que são as associações de caçadores – que depois pagam as indemnizações aos agricultores – a fazer essa avaliação. “Era uma queixa dos agricultores e legítima”, notou, frisando estar “convicto” de que não será necessária qualquer alteração do ponto de vista legal para passarem a ser os técnicos do ICNF a fazer a avaliação dos prejuízos.

Dos passos que serão dados, o presidente do ICNF destacou ainda um compromisso de, juntamente com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), encontrar uma solução para o controlo sanitário e de qualidade da carne de caça, para melhorar o seu escoamento, por forma a “garantir um maior interesse pelo produto”, que tem “grande valor comercial”. Em declarações, Nuno Banza afirmou também que o ICNF vai assumir a coordenação entre caçadores e agricultores, para garantir uma “plataforma de entendimento” entre os dois setores. O responsável salientou ainda que todas as medidas a tomar “não podem pôr em causa o equilíbrio ecológico das espécies e habitats”, querendo continuar a “ter animais selvagens e biodiversidade”. O presidente do ICNF sublinhou que: “Nunca iremos avançar com uma medida radical para responder a um dos lados”.

À saída da reunião, o presidente da CNA, João Dinis, mostrou-se satisfeito com o diálogo com o ICNF, realçando que a confederação saiu “com melhores expectativas” do que aquelas que tinha à entrada, defendendo que tem de ser assegurado “o controlo sanitário dos animais” e uma solução para as indemnizações dos agricultores lesados, considerando que o Estado deveria intervir diretamente nessa situação.

Segundo o dirigente, há associados da CNA com prejuízos de 20 e 25 mil euros por causa de espécies cinegéticas, considerando que os agricultores “não podem continuar a estar condenados a alimentar os animais selvagens à custa das suas explorações”.